

O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: NAS TRAMAS HISTÓRICAS DA COLÔNIA AO IMPÉRIO.

Elza Ezilda Valente Dantas¹ (UFPA)

GT 11 – História, Memória e Educação

“Protagonistas de passados e presentes enredos, de próximas e distantes memórias, o professorado tem vivido, no Brasil, distintos percursos e experiências, inseridos nas estruturas e processos históricos mais amplos da formação social brasileira” (Inês Castro Teixeira).

INTRODUÇÃO

Numa retomada da epígrafe acima, é comum e instigante a discussão sobre os professores, porém sempre que se fala deles, que se lê sobre eles, mais fascínio despertam e novas perguntas surgem sobre estes protagonistas que viveram e vivem enredos diversos no processo histórico da educação brasileira. Estes são sempre lembrados como pessoas marcantes, nos percursos que transcorrem com tarefas específicas o qual não podemos deixar de reconhecer suas contribuições no contexto da formação de nossa realidade histórica. É assim que pensar no exercício da docência na desafiante educação superior é retornar à nossa historiografia as distantes memórias escritas que muito tem a nos revelar sobre estes protagonistas de singular ofício que com suas práticas, com seu trabalho ajudaram a conformar um projeto de sociedade.

Neste artigo interessa-me discutir o exercício da docência na educação superior brasileira assumindo-a como objeto de investigação no contexto histórico da colônia ao império, por acreditar que estes são recortes necessários para a análise histórica do trabalho dos professores e como este se configura nos diferentes tempos marcados pelos diversos projetos que organizaram a educação em nossa sociedade que desde os seus primórdios, discursava em formar o “os homens de bem” -entenda-se a elite do seu tempo, pois aprimorar, formar incentivar o gosto – saber da mocidade da colônia aos nossos dias, sempre foi um determinante cultural necessário. Analisar a trajetória do exercício docente neste movimento histórico é minha pretensão, considerando a forma como a educação superior foi instituída e suas determinações para o exercício da docência.

O presente estudo referencia sua problematização a partir das seguintes questões: 1) Como se constitui historicamente o exercício da docência na educação superior brasileira da colônia ao império? 2) Que características/rumos assume o trabalho docente nesses momentos da educação brasileira? 3) Que papel assume a educação superior nos contextos estudados?

Partindo de tais indagações o trabalho assenta-se na hipótese de que o exercício da docência nesse decorrer histórico serviu como instrumento para formar as pessoas que viessem a servir e consolidar o

¹ Mestranda em educação – Mestrado em Educação UFPA Turma 2004, Assessora pedagógica, Orientadora Pedagógica no Centro Universitário do Pará CESUPA e-amil: elzaevd@msn.com

projeto de sociedade que estava se formando, no caso em debate os desejos e mandos coloniais e imperiais, formando a elite brasileira a partir de conhecimentos de ordem superior, projeto este que vai credenciar a nossa educação superior como elitista e conservadora na concretude da história brasileira.

O presente trabalho tem como metodologia uma incursão bibliográfica a partir dos estudos empreendidos por Cunha, Fávero, Pimenta e Anastasiou que vêm travando discussões sobre a educação superior e o trabalho dos professores, percebendo a trajetória histórica desse nível de escolaridade e a ação desses autores de práticas, analisando os elementos comuns, as particularidades, as permanências e as transformações em relação à cultura da educação superior, autores que muito têm contribuído com o processo de pesquisa onde o *“passado que é estudado não é um passado morto, mas um passado que, em algum sentido, está mais vivo no presente”* (Fávero, 2000; 8). Outras referências aparecem no decorrer do estudo com autores que têm se debruçado, investigando campos particulares de nossa educação superior, contribuindo com reflexões que auxiliam na leitura e releitura da fascinante e desafiante temática que ora intenciono um retrate histórico de sua trajetória.

Para uma melhor compreensão do objeto em estudo, fiz opção para trabalhar com as seguintes categorias: educação superior e suas finalidades, trabalho docente e suas características, considerando as reflexões investigativas dos autores que serviram de apoio para o estudo. Assumida esta temática de investigação para uma melhor contextualização, acredito na necessidade de incursão no movimento histórico da sociedade mundial a partir do século XV que pode contribuir com minhas reflexões, por acreditar que o passado precisa ser olhado, pois está prenhe de conseqüências para o presente, para nossa vida, nosso mundo, pois considero que o *“papel do pesquisador é ver o passado através dos olhos do presente e a luz de seus problemas, seu principal trabalho não é apenas registrar, mas avaliar”*.(Fávero.2000.8).

Nessa perspectiva o trabalho encontra-se estruturado em quatro tópicos. Iniciando com o subtema: Trajeto de uma história em aberto, que busca analisar os ditames de uma nova ordem mundial, onde ter novos mercados é colonizar, é adquirir riquezas, poder, subjugar e docilizar nações inteiras, destacando-se o projeto “civilizatório” europeu e suas conseqüências na realidade colonial brasileira. O segundo subtema aborda a instrução superior na colônia e o exercício da docência, explicitando a finalidade e o caráter assumido pelo trabalho docente na perspectiva de uma formação determinada pelo espírito colonialista e colonizador de nossa história. O terceiro subtema: A educação superior e o exercício da docência no Império assumindo características específicas pelas configurações que conformam o projeto imperialista brasileiro, no qual a educação superior fora assumida pelo poder central e o exercício da docência centrou-se nas cadeiras isoladas que no contexto da conformação do projeto de sociedade, coube aos docentes a formação dos quadros dirigentes da então elite imperial, e finalizo este ensaio apresentando reflexões a partir da investigação bibliográfica realizada e como disse Manacorda (1996.8).

Gostaria, caro leitor, de saber lhe dar sentido vivo de um desenvolvimento histórico, com suas continuidades e inovações; gostaria de saber lhe dar uma viagem viva da escola e dos vários processos educativos; gostaria de poder lhes mostrar com seres, e não como figuras abstratas, os pequenos e os grandes protagonistas desta aventura tão tipicamente humana que é a educação consciente e organizada das gerações, sempre entre o passado e o futuro. Gostaria especialmente, de fazer-lhe um discurso atual com as palavras da história.

- **Trajeto de uma história em aberto: as bases de um projeto “civilizatório”.**

Incursionar na trajetória de nossa educação superior supõe um olhar amplo e contextualizado do processo histórico ocorrido na Europa, determinante para que Portugal viesse habitar entre nós. Conhecemos o longo trajeto que a comunidade europeia empreendeu na busca de riquezas além mar, em que o mercantilismo constituiu o primeiro momento de um projeto mais avançado que veio modificar as relações de trabalho e as formas de vida da sociedade mundial, um processo que, como sabemos, não se deu uniformemente e nem consensualmente, mas cheio de conflitos e resistências, pois:

Essa evolução não foi natural e inexorável, e não se deu sem graves conflitos, muita violência no campo e nas cidades, lutas pela tomada de poder. Os séculos XV, XVI e XVII (particularmente os dois últimos) são aqueles em que marcam a passagem do sistema feudal ao capitalista. Nos séculos XV e XVI na Europa, a descentralização feudal é gradualmente substituída pela formação dos estados nacionais unificados e pela centralização do poder, como formação das monarquias absolutas. (Pereira. M. In Andery, 1996.163)

Nesse processo de formação dos estados nacionais e das grandes monarquias, Portugal edificou um “*império intercontinental*” em que às nações descobertas foi “gentilmente” concedido um projeto civilizatório capaz de lançá-las aos fulgores da civilidade, a civilidade pensada e afirmada pelos homens europeus, desqualificando qualquer outra forma de vida, de organização social. A constituição das grandes nações europeias trouxe consigo “*a colonização que reintroduziu uma prática extinta há cinco séculos: a escravidão*” prática intensamente edificada na realidade brasileira com índios e negros nos primeiros tempos de nossa formação político – social, trouxe consigo *o encobrimento do outro*; pois qualquer povo encontrado deveria tornar-se à semelhança de seu descobridor; foi assim que o projeto civilizador tornou-se negador de identidades e encobridor de subjetividades em que *a modernidade europeia torna todas as outras culturas periferia sua, não existindo o aparecimento do outro, mas a projeção de si mesma, caracterizando o europeu como o missionário da civilização em todo o mundo* (Dussel. 1993. 33-36).

De posse desse projeto ideológico, os portugueses chegam em *terras basilis, imprimindo e credenciando um projeto que se revela culturalmente docilizante e disciplinador, um projeto político-econômico-cultural subordinador, de sujeição dos povos* (Colares, 2003). Nesse cenário a colonização ganha status de civilidade a partir do olhar do colonizador onde:

O civilizador passou a impor os seus padrões e seus costumes, neste sentido criar um mundo que mais se assemelhasse com suas pretensões. É como se estivesse imbuído do desejo de obter riquezas e ou conquistar novos adeptos para a religião católica. O colonizador, usou de todos os meios para anular quaisquer formas de organização e de comportamento praticados pelos índios que não fossem convenientes para os seus interesses. E assim alegavam estar levando a civilidade para aqueles que viviam de forma selvagem. (Colares. 2003.118-119)

No contexto desse projeto, a educação assume o papel de assegurar uma nova cultura, a cultura da nação reconhecida como a alteridade maior que através da catequização, doutrinação e subjugação dos

povos foi gestando formas de comportamento, disciplinamento, praticadas por seus porta-vozes que desde os momentos que aqui aportaram “*estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, escrever, a contar e cantar*” “tecnologias” estas que contribuíram para a colonização brasileira assumisse um caráter específico de entregar e integrar-se a uma cultura que sujeitava comunidades e “*encobertava sua alteridade*” e neste cenário a educação superior vai se constituir num artefato cultural para trabalhar um saber superior propriedade de pouca gente, a gente de bem que ajudaria na consolidação do projeto colonizador e da organização da sociedade em ascensão. E naqueles tempos na colônia pronta para receber a “civilização” poderíamos nos perguntar:

O que representava a alfabetização para os jesuítas a ponto de quererem, desde o início, alfabetizar os índios, quando nem em Portugal o povo era alfabetizado? Mais do que o resultado desta intenção, interessante é observar a mentalidade. As letras deviam significar adesão plena à cultura portuguesa. Quem fez as letras nessa sociedade? A quem pertencem? Pertencem à corte como eixo social. Não se trata, ao meu ver, de possibilitar o acesso, ao livro, ao livro sagrado: nem estamos na Alemanha, nem a leitura da bíblia estava na linha do devocionismo então vigente. Trata-se de uma atitude cultural de profundas raízes: pelas letras se confirma a organização da sociedade. Essa mesma organização vai determinar os graus de acesso às letras, a uns mais, a outros menos. A certa altura da catequese dos índios, os jesuítas vão julgá-la desnecessária. E os colégios, sobre tudo, se voltam para os filhos dos principais. A cultura hegemônica assim se dispunha. (Paiva. 2000. 43-44).

- **A instrução superior e o exercício da docência na colônia: trajeto de uma prática colonizadora.**

Desde os primórdios de nossa educação, a realidade brasileira conviveu com um sistema dual de educação, as ordens religiosas inauguraram por aqui uma educação elitista e dualista, pois os responsáveis pelo projeto educativo (missionários), tinham bem estruturada a educação para os gentios da terra, assim como para os filhos daqueles que forjariam a elite do tempo colonial. É corrente em nossa história que a educação inicia com os missionários, aqui as diferentes ordens religiosas (jesuítas, franciscanos, carmelitas, mercedários e outros) por estas estarem atreladas ao aparelho estatal português. Pode-se afirmar que:

O complexo aparelho repressor na **colônia** (grifo da autora) era secundarizado por um aparelho ideológico também grande e complexo, coincidente com a igreja católica, cuja burocracia, na época estava integrada ao funcionalismo estatal. Este aparelho tinha por função difundir as ideologias legitimadoras da exploração colonial, voltadas para o reforço dos integrantes do aparelho repressivo, para aceitação da dominação metropolitana através do reconhecimento da figura do rei de Portugal e finalmente para a ressocialização dos índios de modo a integrá-los à economia *da* colônia como força de trabalho servil (Cunha. 1986. 22-23).

Afeitos e comprometidos com o projeto *colonizador - civilizador* no Brasil português, o grande destaque entre as levas missionárias foram os jesuítas que no afã de serem os soldados de cristo, também o foram do rei de Portugal, imprimindo nas terras brasilis as marcas de uma educação

estruturalmente organizada e ideologicamente definida para formar a mão-de-obra competente na colônia bem como os quadros missionários e dirigentes do período em análise:

[...]a atividade educacional principal da companhia era a catequese dos índios[...] na retaguarda da atividade missionária os jesuítas mantinham nos centros urbanos mais importantes da faixa litorânea colégios para o ensino de primeiras letras, para o ensino secundário e superior. Destinavam-se a cumprir uma tripla função: de um lado formar padres para a atividade missionária, de outro formar quadros para o aparelho repressivo (oficiais da justiça, da fazenda e da administração) de outro ilustra as classes dominantes no local, fossem filhos de proprietários de terra e de minas, fossem filhos dos mercadores metropolitanos aqui residentes (Cunha. 1986. 23).

Observa-se que para efetivar tal projeto, os missionários precisavam ter uma organização escolar (professores, currículo, horários) que correspondesse a tal intento, foi assim que os princípios da Ratio Studiorum - pedagogia jesuítica baseada na unidade do professor, da matéria e do método - vem sustentar a educação agora colonizadora.

Uma das características bem definida desta pedagogia é a presença do latim e do pensamento greco-romano na arquitetura do currículo que baseia seus estudos na leitura de clássicos como: Aristóteles, Ovídio, Homero e Tomaz de Aquino. Assim o pensamento da Igreja Católica estava presente nas *“ideologia dominantes, profunda explícita e generalizadamente, inserida na organização do aparelho repressivo do estado, nas corporações de ofício, nas normas sociais que regiam as práticas da vida econômica, política, familiar e pedagógica e da vida religiosa”*. (Cunha 1986.24).

Nessa perspectiva as escolas de primeiras letras até as superiores sobre o poderio dos jesuítas organizava o currículo a partir do Trivium (estudos de gramática, retórica e a dialética) e Quadrivium (aritmética, geometria, astronomia e música) expressos através do método escolástico que tinha o latim como base, visando a abordagem exata e analítica dos temas a serem estudados, clareza nos conceitos e definições, argumentação precisa e sem digressões, expressão rigorosa, lógica e silogística. (Anastasiou. 2002. 145-146). Dessa forma é claro que o conhecimento é tomado como algo indiscutível, determinado, fechado, concluído que precisava ser repassado e internalizado pelo aluno, onde apesar de viver momentos de indagações², o forte era a memorização tida como o ponto essencial do ensino e aprendizagem.

Foi assim que chegou a instrução para os “novos portugueses” onde a pedagogia passou por alterações para dar conta da missão a que estava destinada no eixo da formação social, basta recorrermos à historiografia e veremos o que ocorreu com a catequese e instrução de muitos índios que inicialmente foram docilizados na língua geral, para serem subjugados depois. A metamorfose sofrida no corpo da pedagogia jesuítica na colônia constituiu uma forma de assegurar sua permanência no direcionamento da formação dos quadros para a Igreja e para o Estado.

² A propósito sobre os passos da metodologia na sala de aula ver Anastasiou L. Metodologia de Ensino na Universidade Brasileira: Elementos de uma trajetória in Temas e textos em metodologia do ensino superior. Papirus 2001

A educação dos jesuítas destinava-se a formação das elites burguesas, para prepará-las a exercer a hegemonia cultural e política. Eficientes na formação das classes dirigentes, os jesuítas descuidaram da educação popular no contexto geral. A pedagogia da companhia de Jesus foi e ainda é criticada, apesar de ter sofrido retoques e adaptações através dos tempos, por suprimir a originalidade de pensamento e comandar a invasão cultural colonialista europeia no mundo (Gadotti. 1993.73).

Diante do cenário geral da colonização e da pedagogia jesuíta: que papel assume a educação superior e o exercício da docência em tempos de colônia no Brasil? Segundo os autores lidos e revisitados pra o implemento do estudo proposto, a educação superior nasce em nosso chão sócio-cultural classista, descontextualizada e propedêutica, apresentando-se:

desprovida de caráter nacional, influenciado por um espírito colonialista e colonizador. Mantinha-se o privilégio de se fazer um curso superior pela simples razão de persistir o privilégio de riqueza e de classe. O ensino ministrado pelos jesuítas de modo geral, é completamente alheio às exigências e às necessidades da colônia, desinteressado e destinado a proporcionar cultura geral básica, sem preocupação de qualificar para o trabalho (Fávero. 2000.31).

As reflexões de Fávero nos leva a afirmar que o trabalho docente nesse período esteve atrelado aos interesses de se formar os filhos da terra para o quadro de missionários e para a sociedade estamental que nascia. Assim, formar a mocidade da terra moralmente, os ‘filhos dos principais da terra’³ era a necessidade e o desejo cultural, pois seriam estes últimos que mais tarde *cuidariam dos negócios dos pais e seguiam para a universidade de Coimbra ou tornavam-se padres(op.cit)*.

A educação superior na Colônia estruturou-se através dos cursos de Filosofia (também chamado de Artes) e Teologia com duração de 3 e 4 anos respectivamente. O primeiro constituía-se de característica preparatória para os cursos profissionais de Coimbra, onde os jovens iam obter a ilustração adequada:

Com o progressivo povoamento, desafogo da riqueza e legítima ambição dos pais que desejavam formar e ilustrar seus filhos [...] enchiam-se os pátios dos colégios e pouco a pouco a par dos que se destinavam à carreira eclesiástica, se matriculavam outros alunos com destino às carreiras militares e magistratura (Cunha 1986.29).

O segundo curso era destinado à formação dos quadros para o sacerdócio, bem como àqueles que não seguiriam a carreira eclesiástica devido ao conteúdo desse ensino ser totalmente de cultura clássica. Assim era comum os “filhos dos principais da terra” freqüentarem esse processo de formação. Considerando esse contexto, freqüentar o colégio, o seminário na colônia significava demonstrar a posição do indivíduo no eixo social, pois ali se forjava a intelectualidade dos homens competentes que comporiam a administração da burocracia colonial e do lado de fora estavam tantos subalternos,

³ Expressão utilizada por Paiva J. M. no texto : A educação jesuítica no Brasil colonial. In 500 anos de educação no Brasil. Autêntica 2000

executando tarefas onde as letras não tinham tanta importância para o cumprimento de suas funções e seus saberes não eram dignos de reconhecimento e validação.

Com respeito ao saber, colégio converte-se num lugar no qual se ensina e aprende um amontoado de banalidades desconectadas da prática, do mesmo modo que, mais tarde, a escola e o trabalho precedem e substituem o trabalho produtivo. Esta fissura com a vida real favorecerá todo tipo de formalismo que se colocam em relevo não somente na importância que os jesuítas conferem à aprendizagem, à manipulação das línguas – especialmente o latim, se não também na repetição de exercícios de urbanidade e boas maneiras. Formalismos, que por outro lado, não devem ser subvalorizados ou ignorados já que jogam um importante papel de distinção e valorização das classes distinguidas. A aquisição dessas habilidades apresenta uma nota diferencial: não implica na cooperação entre professores e alunos, senão, pelo contrário, sua organização e planificação serão missão exclusiva do professor que se servirá das próprias teorias pedagógicas para disfarçar seus monopólios, podendo assim converter estas imposições em serviços desinteressados dos alunos. O colegial se verá desse modo, excluído do saber e dos meios e instrumentos que permitem acesso a ele. O saber é propriedade pessoal do professor, só ele realiza a interpretação correta dos autores, conhece e censura as fontes, adequa conhecimentos e capacidades, e decide quem é o bom aluno. Mas qual saber detém tão onipotente especialista? Saberes neutros, imateriais, isto é, saberes separados da vida social e política que não só tem virtude de converter em não saber os conhecimentos vulgares das classes populares, senão que, além disso, através de mecanismos de exclusão, censura, ritualização e canalização dos mesmos, imporão uma distância entre a verdade e o erro. Para as classes distinguidas, que são sempre as classes instruídas, cunha-se a verdade do poder, verdade luminosa afastada das praças públicas e do contato contaminante com as massas. Os colégios dos jesuítas são precisamente uma preservação do contágio das multidões. A partir de agora a memória dos povos, os saberes adquiridos no trabalho, suas produções culturais, suas lutas, ficarão marcadas com o estigma do erro e desterradas do campo da cultura, a única legítima porque está legitimada pelo mito da “neutralidade” e da “objetividade” da ciência (Varela ; Alvarez-Uria. In Colares. 2003.153).

Para Paiva (2000. 49-50) o colégio plasmava, para desempenhar no futuro, o papel de vigilante cultural, de forma que a prática, mesmo desviante, pudesse ser recuperada. O colégio simbolizava a adesão à cultura portuguesa. No mundo dos colégios a disciplina torna-se o princípio e o fim de todas as coisas e práticas era o instrumento capital expresso na disciplina de costumes, disciplina da vida acadêmica e disciplina ascética.

Depreende-se desse rigor todo que o exercício da docência tem características definidas no centralismo das idéias e saberes, na conduta moral ilibada, na hegemonia pessoal do saber, na ritualização do certo e do errado e na subordinação às determinações da ordem e da Coroa para que pudesse ser realizado o ambicioso projeto expresso na política cultural de civilização, no qual o domínio das letras daria o tom de conformação, de ajustes aos ideais metropolitanos, formando e conformando jovens no saber e na

moral. Como foi citado em outro momento deste texto, ao professor era dado o poder de incluir e excluir do saber, sua onipotência credenciava a máxima de uma verdade luminosa para poucos.

Também do professor exigia-se severidade na observância às leis, a rigorosidade da disciplina, a perseverança diante dos estudos com seus alunos e da prática de argumentação que pautavam todo o trabalho pedagógico, pois no colégio forjava-se o comportamento que a sociedade vinha a exigir, já que era do “*colégio que saíam os letrados que se desincumbiriam da função de vigilantes da cultura, função, com efeito, de todos que tinham subalternos, assim a concepção de sociedade e de sua organização era todo de caráter hierárquico*” (Paiva 2000.51)

Responsabilizar-se por esta formação era uma das tarefas do trabalho dos professores, profissionais que apresentavam além da capacidade intelectual irrepreensível e moralidade inquestionável, o poder de dar um saber superior e inquestionável às pessoas distintas. Na prática vivenciada nos colégios era determinada que todos os

[...]Professores seguissem o mesmo método de ensino, completando-se esse princípio com o da organização das matérias [...] o cultivo da disciplina, da atenção e da perseverança nos estudos era uma das principais preocupações dos professores no sentido de facilitar o próprio ensino e, também, de desenvolver um traço de caráter considerado essencial tanto ao futuro sacerdote quanto ao cristão leigo (Cunha 1986.26).

O modelo social colonial estamental e hierarquizado vai se confirmando e organizando pautado na importância dos colégios, no qual tiveram grande importância os letrados e canonistas que contribuíram com a formação da elite colonial onde a filosofia funcionava como credenciadora e “*argamassa da cultura geral das classes letradas*”.(Cunha.1986.15)

É nessa configuração que o exercício da docência credenciou-se com a intencionalidade de continuar formando além dos quadros das ordens religiosas que estavam diretamente atreladas ao poder estatal, a ilustração dos filhos das classes abastardas da Colônia. Assim o trabalho docente *estava* impregnado de intencionalidades, pois visava a formação por meio de habilidades, de pensamento e ação, o que implicava valores, escolhas e compromissos com a morigeração dos filhos da terra (Pimenta & Anastasiou 2002.16).

Os valores e as escolhas vividas na educação superior do Brasil Colônia estavam diretamente articuladas à visão de sociedade que tinham seus credores, ou seja, a visão da sociedade portuguesa o que levava os professores que aqui agiam a se relacionarem com a realidade brasileira segundo os referenciais da cultura além mar, uma cultura e sociedade de “*estrutura rígida e centrada na hierarquia, fundada na religião*” (Paiva 2000. 44), por isso a educação e a prática dos professores se encontravam distantes em relação à realidade que era vivida na colônia⁴

⁴ Consultar Paiva J. M. : A Educação jesuítica no Brasil colônia(2000. 47)

Com a retirada dos missionários do direcionamento da educação⁵ por razões econômico-político e culturais, a instrução superior apesar de manter cursos em dois colégios religiosos (Olinda e Rio de Janeiro) ficando evidente que o ensino com base eclesiástica não se retirou totalmente de cena, mas teve que reorganizar seus currículos e práticas segundo as determinações da metrópole; foram criadas as aulas avulsas, as cadeiras isoladas em que a formação superior ficava a cargo do mestre indicado e selecionado pelo Estado através de seus mecanismos de controle e das influências da ilustração portuguesa. Agora tudo girava em torno do estabelecimento e fortalecimento do moderno Estado português para o qual todas as ações deveriam convergir.

Naquele tempo com as reformas pombalinas foram criadas as cadeiras de filosofia, gramática e retórica, e os professores principalmente de “*gramática latina não poderiam usar o material dos jesuítas sob pena de prisão, castigo e não poder exercer a docência, abrir classe no reino e nos domínios portugueses*” (Silva. 1976.68). Vê-se claramente o controle exercido sobre o trabalho docente fato esse, que reforça a tese de que a prática do ensino esteve a serviço do poder, das nossas elites culturais.

Foi assim que a influência das luzes européia chegou até a educação colonizadora pelas reformas que Pombal empreendeu em Portugal, aqui sofrendo redirecionamentos para a modernização da sociedade absolutista portuguesa, onde o homem, a ciência foram seus fins e a colônia precisava adequar-se a esta nova configuração.

Vimos que no Brasil durante o período dito colonial se inaugurou a instrução superior, mas sem o incentivo por parte da Coroa que via certos perigos em formar uma intelectualidade na colônia⁶. O ensino e a prática desse ensino configuraram-se através da instituição clerical que tinha no trabalho dos sacerdotes docentes a missão de instruir, formar os quadros dos superiores da sociedade que se organizava servindo a Deus primeiramente e ao Rei e posteriormente servindo ao rei tendo as luzes⁷ como os referenciais para a intelectualidade portuguesa e colonial, cunhando-se o exercício de uma docência voltada para um saber desvinculado da realidade sócio-colonial, credenciador de um poder relativo ao professor capaz de decidir destinos e estigmatizar culturas.

- **A educação superior e o exercício da docência no Império: Influências ideológicas e a formação da nossa elite cultural**

A educação superior no Brasil nasce clerical como já vimos atrelada ao poderoso e burocrático poder do Estado português e só com a mudança da Corte para a realidade brasileira em 1808 é que a instrução do saber superior passou a ser credenciada pela então realeza assentada em nossa realidade, já que na colônia ela não foi decretada como necessária; como diz Fávero

⁵ Quanto ao reflexo da política pombalina a propósito ler Hilsdorf. M.L. História da educação brasileira: leituras 2003; Silva (op.cit) e Cunha (op.cit).

⁶ Aprofundar in Fávero (op cit) 2000 30/31

⁷ Influência do Iluminismo movimento ideológico que na direção das transformações iniciadas pela reforma protestante, organizava a luta da burguesia contra a aristocracia feudal e preparava sua hegemonia sobre toda sociedade (Cunha op cit 45)

Criadas somente no início do século passado, as escolas superiores nasceram desprovidas de um papel criador e inovador em nossa realidade. Organizam-se formalmente como um serviço público, mantidas e controladas pelo governo e voltadas, sobretudo, para a preparação de profissionais liberais; médicos, advogados, engenheiros. Para uma sociedade essencialmente agrária e dependente, são cursos de medicina, de direito e de engenharia que servem de instrumento para a ascensão social, manutenção e consolidação do regime. (2000.29)

As conseqüências da transferência da Corte Portuguesa com todo seu aparelho político-econômico-jurídico-administrativo-cultural para a então colônia brasileira, agora elevada à categoria de Reino Unido, lançou as bases do estado nacional brasileiro e consolidou o ensino superior como instrumento que formaria os quadros competentes do então império brasileiro.

De fato o aparato político cultural trazido para cá foi intenso e reorganizador da vida sócio-cultural da então Colônia, aqui foram criados: o ministério dos negócios da marinha e ultramar, ministério estrangeiro e da guerra, a superintendência da polícia, criaram-se as usinas metalúrgicas, o Banco do Brasil, o jardim botânico, a biblioteca nacional, teatros, museu, jornal em fim ergueu-se todo um aparelho que mudou profundamente a forma organizacional da cultura até o momento e nesse caminho estabeleceu-se o “*ensino superior atual, junto com o estado nacional, gerado por ele e para cumprir predominantemente, suas funções*” (Cunha.1986.76)

Credenciado dessa forma, o ensino superior no Império tem a finalidade de formar os quadros da elite imperial, os quadros jurídico-administrativo que vão operacionalizar o campo do pensar e da ação, um quadro que não será homogêneo na diversidade de idéias, mas far-se-á como classe que vai dar os rumos da então tardia sociedade brasileira, porque até três séculos atrás se caracterizou como um apêndice que sustentava a cultura portuguesa.

Com base nos estudos de Cunha (1986) a partir de 1808, foram criados cursos e academias destinadas a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos, como subproduto, formar profissionais liberais que seriam os homens dignos para pensar os rumos da organização sócio-política do Brasil.

A educação superior no Império, estrutura-se através de cadeiras isoladas – as cátedras - mais tarde passando para cursos e posteriormente reunindo-se em faculdades isoladas; um modelo à luz do referencial francês⁸ sob o signo da formação profissional. Assim ensino superior torna-se sinônimo de profissionalidade, caracterizando-se *por uma organização não universitária, mas profissionalizante, centrada em cursos e faculdades visando a formação de burocratas para o desempenho das funções do estado* (Pimenta & Anastasiou. 2002. 148-149).

Pós 1808 existiram as cadeiras de Anatomia e Cirurgia que foram o início dos cursos de Medicina e Farmácia; curso de Engenharia (nascido dentro da academia real militar e mais tarde passando a

⁸ Maiores detalhes in Castanho S. A Universidade entre o sim o não e o talvez in Pedagogia universitária. Papyrus 2001 e Cunha L.A. op cit.

funcionar na então Escola politécnica (1874), Cursos Jurídicos (1827) mais tarde faculdade de Direito; ensino de Agricultura (1812 já iniciado na colônia) e cadeiras de: Economia Política (1808), Matemática (1889), Química e História (1817), Música (1814) e Belas Artes (1816)⁹. Todo esse mosaico educacional demonstra a necessidade de formação de profissionais competentes que iam dirigir o sistema estatal brasileiro a partir do direcionamento das políticas pensadas pelos intelectuais do Império que forjou uma educação superior fragmentada.

É importante ressaltar a diversidade de pensamento e correntes ideológicas que compunham a então elite imperial, vamos ter os defensores do liberalismo¹⁰ e do positivismo¹¹ influenciando aqueles que direcionariam por longa data a sociedade brasileira e não sem reflexos para o ensino superior naquele contexto. O período do Império foi fecundo no debate sobre o movimento de se fundar a universidade no Brasil; positivistas e liberais incendiaram o debate; no entanto vencendo a idéia defendida pelos positivistas que viam na universidade uma instituição anacrônica e cheia de vícios que não daria conta de formar os profissionais segundo as exigências do momento brasileiro, como é exposto por um dos críticos da constituição dessa instituição.

[...]A universidade é uma idéia, coisa obsoleta e o Brasil como uma sociedade nova, não quer voltar atrás para construir a universidade, deve manter suas escolas especiais porque o ensino tem que entrar em fase de profunda especialização, a velha universidade não pode ser restabelecida (Cunha 1986.137).

Dessa forma todos os projetos que solicitavam a criação da universidade em tempos imperiais foram arquivados, ficando entre nós a herança das faculdades isoladas com fins claros ligados à estrutura do aparelho social.

A educação superior fora assumida como um bem cultural privado, capaz de formar as instâncias superiores, caracterizando-se como um espaço de privilégios para poucos passando a ter

[...]grande importância e influência na formação das elites e da mentalidade política do Império. São sem dúvidas (os cursos jurídicos principalmente) centros de irradiação de novas filosofias, de movimentos literários, de debates e discussões culturais que interessavam à mentalidade da época. E mais esses cursos se tornam provedores de quadros para as assembleias, assim como para o governo central (Moreira in Fávero. 2000.32).

⁹ Consultar detalhamento de cada cadeira/curso/faculdade in Cunha L. A. op cit.

¹⁰ Liberalismo: Sistema ideológico baseado nas convicções de que individualismo, a propriedade, a liberdade, a igualdade e a democracia são os constituidores de uma sociedade equalizada. Aprofundar in Cunha L.A. Educação e desenvolvimento social no Brasil 1989.

¹¹ Positivismo: Sistema ideológico que parte da crença que a sociedade precisa ser entendida como um organismo social que passa por estágios de desenvolvimento tendo na sociologia o coroamento da ciência social a partir do êxito das ciências exatas e naturais. Consultar Paixão. C. J. Os sentidos e significados da moral positivista nas políticas da educação brasileira no século XIX. In Pesquisa e Educação no Pará 2003.

Analisando esse cenário, temos como protagonistas os professores, o trabalho docente que assumirá características peculiares na perspectiva de realizar o projeto de instruir na ciência os mandatários do poder público, das instituições, das províncias; que partindo do sistema de cátedras e dos cursos reunidos deu-se poderes a esses profissionais responsáveis pela concretização do saber de alta envergadura para as necessidades do Estado emergente, assim buscou-se formar:

A corporação de professores que se caracteriza primeiramente pela fixidez. Formemos um corpo de doutrina que não varie nunca e uma corporação de professores que não morra nunca. Não haverá estado político fixo se não houver uma corporação de professores com princípios fixos (Fayard in Pimenta; Anastasiou.2002.149)

Recorrendo à citação acima “uma corporação de professores com princípios fixos” vai ser a tônica do trabalho docente no Império; aqui os “lentes catedráticos” assumem o papel de intelectuais orgânicos com diria Gramsci¹² do aparelho estatal imperial brasileiro, que estão inseridos numa estrutura histórica com a finalidade de formar e ajustar os jovens da elite brasileira à demanda do sistema vigente.

A real concepção da escola superior no Brasil parece ter sido, desde o princípio, um organismo composto de cátedras, de certas matérias que constituíam o currículo do curso único oferecido pela escola. Criado o catedrático e o currículo, cada escola não poderia crescer além da capacidade individual do catedrático (Teixeira. A. in Martins 1998.5).

O exercício da docência através das cátedras no Império passou a ser a identidade do professor ou ainda a *alma mater das instituições de ensino superior*¹³. Devido a esta prerrogativa, os professores catedráticos serão “*contemplado com todas as honras de que goza vam os da universidade de Coimbra, regendo cadeiras para cujas matérias se reputarem mais aptos, podendo passar de uma para outra cadeira, quando isto convier ao aproveitamento dos que freqüentam os cursos jurídicos*” (Filho.Venâncio. in Fávero.2001.224)

Protagonistas no cenário da formação da elite intelectual e dirigente do império teria o trabalho dos professores assumido outra característica nesse contexto? Cunha nos brinda com a seguinte informação

A partir do momento em que eram investidos como catedráticos, os professores tinham grande poder na determinação do produto da escola, isto é do aluno diplomado. Se bem que a relação dos assuntos a serem tratados fosse fixados por decreto do Imperador, o modo de tratá-los, bem como sua extensão ficava a critério do professor. Da mesma forma que o grau de exigência quanto ao aprendizado dependia também de orientação do professor.

¹² Aprofundar a concepção do autor ao discutir o papel do professor como um dirigente e intelectual da cultura, in Gramsci A. Os Intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1984.

¹³ Consultar Fávero M. L. Da cátedra universitária ao departamento: Questões para um debate in Educação superior; análise e perspectiva de pesquisa. Xamã 2001.

Assim é possível dizer que *eles* tinham uma parte de sua atividade determinada e outra não determinada (1986.120).

Mesmo se pensando em uma certa autonomia do exercício da docência, vê-se que o chamado núcleo¹⁴ burocrático-administrativo do estado imperial controlava o trabalho desses professores. Nesse sentido as práticas e o trabalho docente deveriam convergir para as finalidades de dotar com pessoas competentes os quadros da burocracia do estado, eis o que se esperava dos professores

[...]agentes típicos da burocracia estatal periférica imperial que tinham a parte não determinada de seu trabalho inspecionada a partir do sistema e métodos de ensino, dos livros e compêndios seguidos nas aulas e do emprego de maior vigilância, a fim de evitar que se introduzissem práticas abusivas na disciplina escolar e no regime da faculdade, tendo o maior escrúpulo na manutenção dos bons costumes. (Cunha.1986.121)

Na política pedagógica imperial os “lentes” serão sempre os primeiros a dar o exemplo de cortesia e urbanidade (algo similar com as diretrizes do ensino colonial), abstendo-se absolutamente de pregar doutrinas subversivas ou perigosas. Aqueles que deslizassem destes preceitos seriam advertidos camarariamente pela congregação, a quem o diretor era obrigado a comunicar o fato responsável. Se não for bastante esta advertência o diretor, ouvida a congregação, o comunicará ao governo, propondo que sejam aplicadas as penas de suspensão de três meses a um ano com privação de salários. (Cunha.1986.121-122)

Tem-se assim o controle e a regulação do exercício da docência que deve assumir a missão catalisadora de formar a elite letrada masculina que dirigirá político-econômico e administrativamente o estado brasileiro em organização, é assim que no império o poder central assume o compromisso com a educação superior, permanecendo a educação para a elite e formando os profissionais liberais, onde os “lentes catedráticos” integrados ao aparelho estatal, contribuíram para efetivar todo esse projeto, pois o

estado detinha o monopólio da formação da força de trabalho habilitada para o desempenho de certas profissões, conforme certas doutrinas e práticas, e garantia de interesses de poder, remuneração e prestígio de certos grupos corporativos[...] compostos por indivíduos oriundos das classes dominantes ou cooptados por elas e interligados com níveis mais elevados da burocracia do estado. (Cunha. 1986.94).

No cenário imperial a prática do professor assumiu todo seu papel político no contexto social. Diante desse percurso entre Colônia e Império é possível afirmar que os professores

além de viverem a pluralidade dos espaços sociais, esses sujeitos experienciaram seu tempo, constituindo-se na temporalidade que representa

¹⁴ Representado pelo imperador e ministros do estado que procuravam controlar o trabalho da periferia-professores. Aprofundar Cunha op cit

uma ou outra de suas características fundantes. Em seu presente estava registrado o pretérito e a possibilidade do futuro [...] o devir no qual se inscreveram história e matrizes culturais de um outro tempo. (Teixeira. 1999.185).

- **Encaminhando as reflexões finais**

No espaço/tempo da sociedade brasileira a educação superior da colônia aos nossos dias está posta em discussão e o *ensino superior insere-se no contexto social global que determina e é determinada pela ação dos sujeitos que aí atuam* (Anastasiou 2002. 161).

O presente artigo analisou historicamente a educação superior, suas finalidades e o trabalho docente e suas características nos movimentos da Colônia ao Império por considerar que muitas das perguntas e críticas que fazemos hoje tem suas bases nos primórdios de nossa sociedade.

Para analisar as finalidades da educação superior colonial e imperial, fez-se necessário situá-la no campo da realidade social em que foi gestada, ficando explícito que nos dois períodos estudados, a educação superior esteve a serviço das elites de seu tempo. A educação colonizadora buscava a plenitude de formar o indivíduo letrado na arte de falar e dirigir a sociedade, preparando propedeuticamente os filhos dos senhores da terra que continuariam sua formação na ambicionada universidade de Coimbra *é assim que a universidade de Coimbra passa a ter grande importância na formação de nossas elites culturais, nela são formados profissionais graduados no Brasil nos primeiros séculos de nossa existência, até os primeiros anos do século XIX*(Fávero.2000.30).

No império a finalidade também orientou-se na perspectiva de formar os profissionais que integrariam a máquina estatal e o ensino superior assumiu a formação dos homens privilegiados na hierarquia social, a consagração das classes dominantes. Efetivando tal projeto - formar a elite intelectual imperial ou a mocidade de bem da colônia - o trabalho docente experimentou diferentes percursos, mas todos com referenciais nodais em que o pensamento e ação pedagógicos passam pelo aperfeiçoamento moral, a formação profissional e intelectual dos homens distintos.

Da formação moral, a arte de bem falar na colônia (uma das bases da educação jesuítica) e do letramento da classe instruída privilegiada de conviver nos colégios coloniais, o exercício da docência assume também a formação dos dirigentes intelectuais da organização estatal do Império, consagrando um saber destinado à formação profissional, já que ser professor nessa época significava simbolicamente ser membro do Estado nacional investido de imensos poderes. Em todos esses momentos os professores ajudaram a arquitetar e edificar o projeto social que deixou grandes marcas para os herdeiros da universidade.

Protagonistas destas distantes memórias, o professorado no exercício de seu ofício nas tramas históricas percorridas da Colônia ao Império, ajudou a forjar e manter o modelo de sociedade onde a hierarquia, o privilégio e saber ainda pertencem a poucos iluminados. Pode-se dizer que a educação superior, e um de seus atores principais – os professores - desempenhou historicamente a função político-cultural de formar a elite dirigente brasileira.

Como saber histórico o saber superior e os professores como sujeitos históricos contribuíram para organizar, reorganizar e perpetuar um projeto histórico cultural que se fez dono de corpos e mentes nos

períodos investigados, e os professores desempenharam seu papel na formação do estado brasileiro, um estado que tem profundas dívidas com a educação de seu povo.

Referências

- COLARES, A. A. Colonização, catequese e educação no Grão-Pará. Campinas. UNICAMP, 2003. (Capítulos: I : a colonização como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo. P.21-70 e Capítulo III: A educação no Grão-Pará Colonial. P.117-171.
- CUNHA, L. A. A universidade temporã. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1986.
- _____. Ensino Superior e universidade no Brasil. In LOPES, E.M.T, FARIA, L.M, VEIGA, C.G. (org) 500 anos de educação no Brasil. 2ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2000. p.151-204.
- FAVERO, M.L.A . Universidade e poder: análise crítica e fundamentos históricos 1930-1945. Brasília. Ed. Plano, 2000.
- _____. Da cátedra universitária ao departamento. In SGUISSARDI, V.; SILVA Jr, J.R. Educação superior: análise e perspectiva de pesquisa. São Paulo. Xamã, 2001. p.223-238
- BARROS, D. Histórico da educação Superior Brasileira. Viçosa-MG, 1999.
- GADOTTI, M. O pensamento pedagógico renascentista. In História das idéias pedagógicas. S.P. Ática, 1993. p 61 –75.
- MANACORDA, M. A História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 5ª ed. São Paulo. Cortez, 1996.
- PAIVA, M.J. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In. LOPES, E.M.T, FARIA, L.M, VEIGA, C.G. (org) 500 anos de educação no Brasil. 2ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2000. p.43-59.
- PEREIRA, M. E.M; GIOIA, S.C. Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. In ANDERY, M.A (org). Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. São Paulo, Rio de Janeiro: EDUC, 1996 . p 163-178.
- PIMENTA, S.G; ANASTASIOU, L.G.C. Docência no Ensino Superior. São Paulo. Cortez, 2002 (coleção Docência em formação).
- SILVA, G. A. A educação na Amazônia Colonial: contribuições à História da Educação Brasileira. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1976 (Dissertação de mestrado). 18-91.
- TEIXEIRA, I.C. Os professores como sujeitos sócio-culturais. In. DAYRELL, J. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999. p. 194.